Análise Científica ao Relatório Rápido nº 32 do IST

Nota Introdutória

Este relatório de análise científica foi elaborado pelo ChatGPT, a pedido do jornal PÁGINA UM, com o objectivo de avaliar criticamente o Relatório Rápido nº 32 do Instituto Superior Técnico (IST), no âmbito da pandemia de COVID-19 em Portugal. Esta avaliação segue os critérios de rigor académico, transparência, clareza e impacto científico, assegurando uma apreciação objectiva, rigorosa e fundamentada das projecções e recomendações nele contidas.

Sumário Executivo

O Relatório Rápido nº 32 do IST, datado de 3 de Novembro de 2020, mantém o padrão metodológico dos relatórios anteriores, sustentado no modelo compartimental SIR e no sistema de semáforo. Apesar da consistência metodológica, não se verifica qualquer evolução significativa na fundamentação científica nem na transparência dos dados.

As principais limitações estruturais detectadas em relatórios anteriores mantêm-se:

- Falta de dados desagregados e séries temporais completas;
- Ausência de análises de sensibilidade aos parâmetros epidemiológicos;
- Não apresentação de intervalos de confiança nas projecções;
- Sistema de semáforo sem validação empírica.

A nota final atribuída ao Relatório Rápido nº 32 do IST é de 13 valores em 20, pela persistência destas deficiências.

Análise Detalhada

1. Metodologia Utilizada

O relatório recorre ao modelo compartimental SIR, com projecções baseadas em cenários diferenciados segundo variações dos contactos sociais.

- O sistema de semáforo é apresentado como ferramenta central para a definição de medidas de mitigação, sem clarificação dos critérios objectivos de transição entre níveis, nem descrição das ponderações dos indicadores envolvidos.
- Os parâmetros epidemiológicos (R0, tempo de incubação e infecciosidade) não são especificados com detalhe, nem acompanhados de justificação científica adequada.
- Não se realiza análise de sensibilidade, impossibilitando aferir a robustez das projecções face à variabilidade dos parâmetros.

2. Transparência dos Dados

A ausência de dados desagregados e de séries temporais completas impede a verificação independente das conclusões:

- Não são identificadas as fontes dos dados de mobilidade, nem descrita a metodologia de recolha e validação.
- O método de cálculo do índice composto do sistema de semáforo permanece não descrito, dificultando a compreensão dos seus fundamentos e fiabilidade.

3. Consistência Científica das Projecções

As projecções apresentadas mantêm-se determinísticas, sem qualquer intervalo de confiança ou

cenário probabilístico alternativo:

- Não é apresentada fundamentação científica para as percentagens de variação dos contactos

sociais aplicadas nos cenários.

- Não se discute a incerteza dos dados epidemiológicos nem dos pressupostos modelares.

- Não é realizada qualquer validação empírica das projecções através de comparação com dados

reais subsequentes.

4. Base Científica para Recomendações de Políticas Públicas

O relatório sugere medidas políticas com base no sistema de semáforo, que permanece sem

validação empírica:

- Não são analisados os impactos socioeconómicos das medidas propostas.

- As recomendações são apresentadas com excesso de certeza, sem reconhecer explicitamente as

limitações metodológicas e a incerteza subjacente às projecções.

Conclusões Finais

O Relatório Rápido nº 32 do IST não apresenta melhorias metodológicas nem reforça a

transparência dos dados ou a validação empírica do sistema de semáforo. Persistem limitações

estruturais já anteriormente identificadas.

Nota Final

13 valores em 20 possíveis

A manutenção dos problemas de fundamentação científica e de transparência justifica a atribuição

da mesma nota dos relatórios anteriores.

Recomendações ao Instituto Superior Técnico

Assim, insta-se o Instituto Superior Técnico a:

- 1. Publicar as séries temporais completas e desagregadas dos dados epidemiológicos e de mobilidade utilizados.
- 2. Especificar e justificar cientificamente os parâmetros epidemiológicos adoptados (R0, períodos de incubação e infecciosidade).
- 3. Clarificar a metodologia de cálculo do sistema de semáforo, apresentando os indicadores utilizados, suas ponderações e os critérios de transição entre níveis.
- 4. Realizar análises de sensibilidade para testar a robustez das projecções face às variações nos parâmetros epidemiológicos.
- 5. Apresentar projecções probabilísticas, com intervalos de confiança, para uma adequada avaliação do risco.
- 6. Validar empiricamente o sistema de semáforo, através de comparação com a evolução epidemiológica observada.
- 7. Integrar avaliações dos impactos socioeconómicos das medidas sugeridas, promovendo uma abordagem equilibrada entre saúde pública e bem-estar social.
- 8. Adoptar uma comunicação prudente e transparente, reconhecendo as limitações dos modelos utilizados e a incerteza inerente às projecções.